

INTERVENÇÃO DE CARLOS LAGE NA REUNIÃO FINAL DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ON – OPERAÇÃO NORTE

9 de Fevereiro | Palácio da Bolsa (Porto)

Senhor Rory Mckenna, chefe da unidade "Portugal" da Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia, e demais representação da Comunidade,

Senhor Presidente do Conselho Regional,

Senhores Autarcas,

Senhores Vice-Presidentes da CCDR-N e membros da Comissão Directiva do ON.2,

Senhores Membros desta Comissão de Acompanhamento,

Minhas Senhoras e Meus Senhoras,

Esta é uma reunião formal e simbolicamente relevante. Será a 14ª e última reunião deste órgão que teve a missão de acompanhar a implementação do Programa Operacional Regional do Norte relativo ao IIIº Quadro Comunitário de Apoio. E dar-se-á, hoje também, nota pública do encerramento deste ciclo de ajudas à Região e a Portugal, com um balanço e uma amostra dos seus resultados, como de resto seria exigível.

A questão que nos devemos colocar, neste momento, é a de saber se chegámos a bom porto. Isto é, se a aventura que empreendemos teve êxito ou, se pelo menos, deixa marcas e resultados promissores no desenvolvimento da região, no que respeita àquelas que eram as suas reais apostas.

Chegamos a este dia com um sentimento algo ambivalente. Por um lado, apresentamo-nos com a convicção de um dever cumprido, ou melhor, com a percepção de termos feito não apenas o melhor com as condições de que dispusemos ao longo dos anos, mas porventura também o de termos registado, pelo menos em alguns domínios, um desempenho acima do que seria expectável nas circunstâncias que marcaram a última década da vida política e económica portuguesa, europeia e internacional.

Não tendo sido responsável por este Programa em boa parte do seu tempo, a circunstância de ser o seu último gestor colocam-me todavia na posição de pronunciar as últimas palavras em nome da sua gestão. Pelo que testemunhei, posso afirmar que esta intervenção constituiu, ao longo de dez anos consecutivos, uma assinalável exigência para todas as autoridades e instituições envolvidas, uma fonte de esperança, um desafio para a Região como um todo.

O “ON – Operação Norte”, como foi baptizado, representou um dos maiores instrumentos financeiro do QCA III, sendo financiado por 4 fundos comunitários, através de um extenso e complexo leque de medidas, gerido com responsabilidades de gestão partilhadas por uma multiplicidade de organismos, resultado de uma diversidade temática de intervenções verdadeiramente caleidoscópica, tendo sido submetido a um nível de controlo sensivelmente acima dos limiares exigidos. Só há uma palavra adequada para o caracterizar: complexidade. Por isso exigiu o melhor da capacidade disponível, dos seus responsáveis e dos seus técnicos, reconhecida nos estudos de avaliação intercalar, premiada na atribuição da “reserva de eficiência” atribuída pela Comissão Europeia.

Disse, porém, que chegamos ao dia de hoje com um sentimento ambivalente, porque temos a consciência que as expectativas e as metas traçadas no ano de 2000 para o Quadro Comunitário de Apoio III, como um todo, no qual este Programa Regional ficaram muito distantes das projecções ou ilusões iniciais, como se queira.

De facto, se recuarmos dez anos atrás, rememoraremos um optimismo económico inimaginável nos dias de hoje, com promessas ambiciosas de crescimento sustentado, com ritmos de crescimento económico anuais que garantiriam a convergência paulatina com a média europeia. Parecia, então, que nada poderia deter uma certa pujança da economia nacional e regional, embora os sinais de esgotamento do modelo de crescimento se comesçassem a tornar perceptíveis. É nesse cenário de felicidade aparente e nesse espírito que o QCA III foi concebido e formatado. Outras opções, noutra cenário, poderiam ter sido tomadas, mas a história não se faz às arrecuas.

De lá para cá, como todos sabemos, o país e a Região do Norte foram violentamente sacudidos por duas graves crises económicas, de características distintas, mas de efeitos igualmente profundos e impactantes, que amorteceram ou anularam mesmo o impacto de embalagem económica e de convergência com os índices de crescimento comunitário, induzidos naturalmente pelos fundos estruturais.

Em 2002 e 2003, a Região do Norte atravessou uma forte recessão económica, com variações reais negativas do PIB, da ordem de -1,4% e -2,6%, respectivamente. A nível nacional, esta recessão só se faria sentir em 2003 e de forma mais ligeira. Após a recessão, a Região do Norte acumulou, até 2007, quatro anos consecutivos de crescimentos económicos demasiado lentos, mas, a ritmos crescentes. De tal forma que, em 2007, o crescimento económico regional se cifrou em 2,5% (seis décimas de ponto percentual acima do resultado nacional), voltando a colocá-la como impulsionadora do crescimento económico nacional, naquele ano. Mas o ano de 2008 matou à nascença a retoma da economia nacional e da Região Norte. Azares da sorte.

Em 2008, a crise do sistema financeiro internacional, rapidamente contagiou a economia real, motivou um forte abrandamento da actividade económica, sentido a nível comunitário (com 0,8% de crescimento real do PIB), a nível nacional (um crescimento nulo), crise essa sentida, sobretudo, a nível da Região Norte, a qual, com uma ligeira variação negativa do PIB (-0,1% em volume), voltou a conhecer o significado da recessão, com uma situação preocupante no plano do desemprego.

É justo, porém, que se assinale – como o faz, de resto, e bem, o relatório final do Programa – que a qualidade do desempenho do ON - Operação Norte não pode estar directamente vinculada à evolução desfavorável da conjuntura regional. Desde logo, atendendo à vocação explícita do Programa, orientado para os temas da infra-estruturação e da coesão do território e da qualidade de vida, que justificam um “delay” mais alargado entre a realização do investimento e o seu impacto. Por outro lado, porque existem tendências pesadas associadas, por exemplo, ao processo de globalização e ao próprio alargamento da União Europeia que, atendendo ao perfil do tecido produtivo da Região do Norte, revelam nesta um impacto mais pronunciado do que nas restantes regiões portuguesas.

De acordo com o estudo “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, coordenado por Augusto Mateus no âmbito do processo de preparação do QREN 2007-2013, o próprio modelo de organização e de governação dos QCA pode ter contribuído para dificultar a afirmação e o tratamento específico das especializações regionais, em resultado de uma tendência para modelos de base vertical e sectorial de abordagem. O “caso” mais flagrante é o da medida desconcentrada da Agricultura, um verdadeiro programa sectorial agrícola, colado ao PO Regional.

Apesar do que foi dito, cumpre destacar o papel económico e social induzido pelos fundos estruturais através do Programa Regional que agora chega ao fim. As coisas seriam muito piores sem os fundos injectados na economia regional. Nos principais resultados, estima-se que a execução do Programa Regional terá induzido um crescimento médio adicional do VAB de cerca de 0.33% ao ano, com a particularidade da amplitude do impacto ter sido maior em períodos de abrandamento económico, e em particular, nos anos de recessão económica de 2002 e 2003. Por outro lado, terão sido criados, em média, por ano, cerca de 5.500 empregos no ramo da construção e 2.500 empregos nas indústrias transformadoras.

«O futuro falará de nós, nas obras que deixarmos», escreveu Agustina Bessa-Luís. Na sustentabilidade ambiental e na melhoria da qualidade de vida, no aumento da equidade territorial e social no acesso a bens e serviços públicos e na infra-estruturação do território, na conectividade intra-regional e na execução do sistema de metropolitano ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na valorização de recursos distintivos, patrimoniais, agro-rurais ou turísticos e na coesão social, através do suporte à

formação profissional e à empregabilidade – naquelas que foram, no fim de contas, as realizações reais deste Programa, fizemos um saldo positivo.

Em certo sentido, este programa configurou ainda um grande ensaio de aplicação de políticas de financiamento ao desenvolvimento regional: reforçou o papel dos municípios no investimento (mas também na decisão associada a esse investimento), aprofundada na experiência da “contratualização” do novo Programa Regional 2007-2013; desenharam-se programas subregionais de natureza mais integrada (caso das chamadas “AIBT” e dos “Pactos Territoriais de Desenvolvimento”); organizaram-se intervenções que prefiguram políticas regionais no actual quadro de organização centralizada do Estado Português, sem um nível de governação regional.

Um limitado conjunto de imagens será, porventura, mais eficaz para assinalar o relevo de parte significativa das suas realizações, poupando-nos outras explicações: imagens do Metro do Porto e da radical transformação que induziu na Área Metropolitana, quer no seu sistema de transportes, quer no ambiente urbano e qualidade de vida; dos programas “Polis” em Bragança, Matosinhos, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Vila do Conde, que nos deixam cidades mais modernas, mais amigas do ambiente e com uma nova arquitectura; da Casa da Música, de Serralves e do Theatro Circo, referências no roteiro de cultura da Região; da Rota do Românico do Vale do Sousa e da Rota da Terra Fria; do Douro Vinhateiro com a insígnia de “Património da Humanidade” da UNESCO e das suas Aldeias Vinhateiras; da barragem do Vale da Vilarça e do ressurgimento de uma área de enorme potencial agrícola; mas também, no campo das qualificações e do emprego, a formação de 37 mil jovens em escolas profissionais da Região ou a realização de 39 mil estágios profissionais e a criação de mais de 18 mil postos de trabalho.

Nos finais da década de 1990 chegou a escrever-se que tinha chegado “a hora do Norte”; que os acontecimentos a Norte, sobretudo na economia, marcavam a vida nacional. Mas não só: também no plano cultural e político o Norte estava a emergir a olhos vistos. A moda começava a ser condicionada pelas fábricas de vestuário implantadas na região, a alta-costura começava a firmar-se. A arte, a literatura, a música, não vivia apenas, já, de alguns criadores excepcionais. Impulsionada pela integração

na União Europeia e apoiado pelos generosos fundos comunitários, a Região Norte acreditava em si e no seu destino.

Mas, no tempo curto de pouco mais de uma década, o cenário mudou completamente, tornou-se cinzento e desanimador. Porquê? Porque, a grande região industrial foi a mais penalizada de todas as regiões portuguesas e europeias, pelas mutações do comércio mundial e pela desindustrialização do velho continente.

No entanto, estamos em pleno século XXI e nunca a humanidade teve ao seu alcance tantos e tão vastos recursos da ciência, da tecnologia, do saber e da inventividade para resolver os seus problemas. E o Norte é uma região onde a ciência criou raízes e onde a assimilação das novas tecnologias e inovações produtivas é fácil.

A hora do Norte não passou definitivamente. Com o apoio da UE vai regressar. Acredito no futuro. Como escreveu o filósofo espanhol Julian Marias no seu livro “Antropologia filosófica”: “A vida é uma operação que se executa para a frente. Eu sou – escreve - futuriço: orientado para o futuro, para ele projectado”.

Projectar a região para o futuro é o que importa.

Por fim, mais uma palavra. Uma de especial agradecimento a todos os que, de forma directa, participaram nas responsabilidades de planeamento, gestão, avaliação, comunicação, controlo do ON – Operação Norte.

O Gestor do ON – Operação Norte,

Carlos Lage